

## **ANOTAÇÕES PARA DISCUTIR NO MPF**

- 1 - o processo administrativo no mpf (p.a) começou por uma provocação do alessander sales que faz parte do coema
- 2 - o principal objeto do p.a é o impacto num importante sítio arqueológico.
- 3 - já foi concedida a licença prévia pela semace. que é a licença que aprova a concepção e localização do projeto.
- 4 - a questão que é importante colocar é: essa licença ja foi concedida e nem iphan,nem dnpm e mto menos a semace parecem ter a dimensão real sobre qual o impacto nesse aspecto paleontológico. ao contrário, eles vão fazendo tudo em paralelo.
- 5 - seria interessante que o próprio mpf (atraves de seus setores especializados) analisem os documentos e medidas propostas por estes órgãos, para saber se realmente impedem que esses danos ambientais - culturais ocorram
- 6 - em relação ao impacto no baixio - até agora nada foi feito em relação a isso. o impacto da remoção é citado explicitamente no parecer sobre o eia, mas parece ser bem menor que o real
- 7 - ex: ele diz que seria preciso a construção de apenas 11 casa, para reassentamento. e o resto do povo?
- 8 - o parecer diz tbm que todas as 31 propriedades identificadas tem registro no cartório. isso é estranho, pois geralmente as comunidades não tem. será que elas estão sendo consideradas msm?
- 9 - o parecer tbm fala de uma comunidade indígena que estaria buscando o reconhecimento, mas não dá maior importancia a esse impacto e retrata a situação de um modleo bem etnocentrico, dizendo que já estão "aculturadas". seria importante saber disso,pois é mais um foco de resistencia
- 10 - então, vcs tem que focar na problemática do baixio, pois ate agora isso não está sendo levado em conta pelo mpf...embora existam alguns documentos que indiquem a existencia do problema
- 11 - perguntem se o mpf vai tentar anular judicialmente a licença rpréva concedida. esse fundamento do impacto arqueológico é bem forte.
- 12 - o parecer sobre o eia tem várias fragilidades (logo o próprio eia deve ter) tbm: não tem diagnostico social, não explica direito como a área de influencia foi identificada e reconhece que tem mtos impactos negativos
- 13 - tbm nao fica claro pra que(m) essa agua vai servir. esses projetos são licenciados pelo fundamento politico econômico apresentado pelo próprio interessado nele. sem se avaliar se é possível conseguir os msm resultados, com outros meios (são as alternativas tecnológicas, locais), qdo os impactos previstos indicam que é melhor q ele não se efetive
- 14 - a empresa vba que fez o eia é a mesma que está elaborando o projeto executivo d projeto (veja na pag. 125) . isso é imoral e ilegal.
- 15 - nao li o procedimento do tcu com atenção, mas parece que o negócio é sério. confirmam se a licitação tá suspensa.
- 16 - tem que ver tbm, que só a lp não autoriza a realização das desapropriações (isso ja seria fase de instalação) e que foi uma condicionante a elaboração de um plano de reassentamento
- 17 - peçam que o mpf tome providencias para cessar essas investidas e ameaças precipitadas, portanto ilegais, contra a comunidade.

18 - na pag. 121 o iphan fala de alguns profissionais que estao fazendo os estudos arqueológicos e que a própria urca tbmta ajudando nisso

19 - vejam se esse povo d bem ou do mal e como a urca pode contribuir com a comunidade (parece que é o q vcs ja tão fazendo, né?)

20 - ah, não achei o termo de referencia expedido pela semace para orientar a elaboração do eia. geralmente o próprio termo já ajuda a esconder certos impactos, pois não faz questionamentos sobre eles.